

**ATA**

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva e Vereadores - Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10:00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador José Manuel Antunes - Leu, em voz alta, um documento sobre o F. C. “Os Piratas de Creixomil”, solicitando que o texto ficasse registado em ata: “Na última reunião de Câmara, fiz uma intervenção de reconhecimento sobre a qualidade do trabalho e os resultados que dirigentes, técnicos e jogadores dos Piratas de Creixomil têm obtido ano após ano. Entendi unânime este apoio e este reconhecimento por parte deste executivo municipal. Fiz referência à principal lacuna sentida por todos aqueles que gostam dos “Piratas”. A falta de um pavilhão desportivo. Senti ainda unanimidade do executivo municipal numa resposta positiva a este desejo/vontade, se ele fosse possível concretizar. Na condição de membro do executivo que assume uma vontade de dar passos para concretizar um desejo numa associação como “Os Piratas de Creixomil”, fiz algumas diligências, tendo encontrado disponibilidades e princípios para um

entendimento. Havendo para a mesma zona, na cidade desportiva de Creixomil, três possibilidades de lotes de terreno, enviei em 3 de Julho de 2013 ao Sr. Presidente um pedido de marcação de uma reunião de trabalho com o diretor do departamento de planeamento e gestão urbanística. Nunca pensei que com este gesto, pudesse alguma vez, como diz o povo "entornar o caldo". O que estará por trás deste pedido de uma reunião de trabalho com o diretor do departamento de planeamento e gestão urbanística? Terá pensado o Sr. Presidente. Não pode ser. Queremos mais explicações. O Partido Socialista e o Dr. António Magalhães, ao longo destes mais de vinte anos, introduziram alterações na legislação que regula a constituição e o funcionamento dos órgãos autárquicos, criando "os vereadores da oposição". Sr. Presidente, num órgão executivo do qual legitimamente todos fazemos parte, não há vereadores da oposição, há vereadores com competências delegadas e outros a quem o presidente entendeu não delegar competências. As próprias competências do Presidente foram-lhe delegadas por todos os vereadores. Qualquer vereador deste executivo, enquanto eleito pelos vimaranenses, para fazer parte deste órgão, devia ter o direito de acesso a todos os espaços municipais. É um direito que a lei lhe confere e não pode ser nenhum presidente, por falta de mandato, que o possa impedir. Recebi em 8 de Julho pela via formal, um ofício resposta ao pedido de reunião formulado. Já não é aceitável, tendo sido uma conquista do 25 de Abril – acabou a censura prévia. Queria o Sr. Presidente que um vereador no exercício legítimo do seu cargo, ao querer reunir com um responsável técnico municipal, fosse obrigado a sujeitar esse desejo ou vontade "à avaliação política do seu objeto" por parte do Presidente da Câmara. Não aceitando a sua resposta, por inqualificável, decidi enquanto vereador colocar



as questões nesta reunião, mesmo sabendo da sua incapacidade para responder a elas mas acreditando como acreditamos todos os vereadores que o Executivo Municipal está disponível para acolher e aprovar todos os procedimentos necessários para que os "Piratas de Creixomil" possam concretizar o seu sonho de ter um pavilhão desportivo em Creixomil." De seguida, entregou ao Presidente da Câmara e Vereação uma planta onde constam assinaladas três parcelas de terreno, situadas em Creixomil, junto da Cidade Desportiva, que, disse, poderiam ser hipótese para a construção do pavilhão desportivo. A referida planta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

2 - Presidente da Câmara - Explicou o funcionamento e a organização da Câmara Municipal, designadamente quanto às regras de atendimento e funcionamento dos serviços, tal como referido no ofício de resposta ao requerimento apresentado pelo Vereador José Manuel Antunes. Os referidos requerimento e ofício de resposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara prestou as seguintes informações:-----

1 - Do ofício da Direção da Sociedade Martins Sarmiento dando conhecimento que em reunião realizada no passado dia 4 de julho foi registado um voto de grande júbilo pela atribuição pelo Senhor Presidente da República, a Guimarães, da distinção como membro honorário da Ordem de Sant' Iago de Espada; -----

2 - De ter sido solicitado à Direção de Serviços do Imposto Municipal sobre Imóveis informação vinculativa, com a maior urgência possível, quanto ao facto de os prédios localizados no Centro Histórico de Guimarães, classificado pela UNESCO como Património Mundial, poderem beneficiar, no seu conjunto, da

isenção prevista nos Estatutos dos Benefícios Fiscais. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, as seguintes propostas: -----

VOTO DE LOUVOR – NELSON SILVA E SUSANA DANIELA – CLUBE DESPORTIVO DA CERCIGUI – Presente a seguinte proposta: “Os atletas vimaranenses Nelson Silva e Susana Daniela do Clube Desportivo CERCIGUI integraram a Seleção de Portugal que se sagrou Campeã da Europa no II Campeonato Europeu de Atletismo para atletas com Síndrome de Down, renovando o título alcançado na 1.ª Edição desta competição internacional. Este êxito desportivo releva o mérito e o esforço destes atletas, mas igualmente de muitos outros que participam nas competições de Desporto Adaptado, constituindo mais uma componente diversificada da prática desportiva em Guimarães, reconhecida este ano com a nossa consagração como Cidade Europeia do Desporto. Pelo mérito e espírito de participação desportiva destes atletas, proponho que a Câmara Municipal aprove um voto de louvor a ser transmitido aos atletas e aos seus técnicos e dirigentes do Clube Desportivo da CERCIGUI. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

O Presidente da Câmara disse que gostaria de contar com a presença dos campeões Nelson Silva e Susana Daniela nesta Autarquia, no início da próxima reunião de Câmara, que se realizará no dia 25 de julho, pelas 10:00h.-----

EDUCAÇÃO - DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NOS CONSELHOS GERAIS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLAS SECUNDÁRIAS – Presente a seguinte proposta: “Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º



137/2012, de 2 de julho, foram introduzidas alterações ao regime jurídico de autonomia, administração e gestão das escolas, através do reforço da participação das famílias, das autarquias e das comunidades, materializado num órgão colegial de direção, denominado de Conselho Geral, responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa, nos termos e para os efeitos do n.º 4, do artigo 48.º da Lei de Bases do Sistema Educativo. O número de elementos que compõem o Conselho Geral é estabelecido por cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada, nos termos do respetivo regulamento interno, sendo que na sua composição tem de estar salvaguarda a participação de representantes do pessoal docente e não docente, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do município e da comunidade local. Assim, e nos termos do disposto no n.º 4, do artigo 14.º e n.º 1, do artigo 16.º daquele normativo legal, compete à Câmara Municipal designar os representantes do Município ou, delegar tal competência nas Juntas de Freguesia, para os Conselhos Gerais dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas. Nesta conformidade, e em face das solicitações entretanto remetidas, proponho que, para o quadriénio 2013/2017, sejam designados em representação do Município: Agrupamento de Escolas das Taipas: Dra. Francisca Abreu, Vereadora do Pelouro da Educação; Dra. Helena Pinto, Chefe de Divisão de Educação. Agrupamento de Escolas Vale de S. Torcato: Dra. Francisca Abreu, Vereadora do Pelouro da Educação; Dr. José Nobre, Diretor do Departamento de Educação, Biblioteca e Arquivo; Dra. Helena Pinto, Chefe de Divisão de Educação. Agrupamento de Escolas de Pevidém: Dra. Francisca Abreu, Vereadora do Pelouro da Educação; Dra. Clara Soares, Técnica

Superior da Divisão de Educação. Proponho, ainda, que a votação dos representantes do Município para aqueles Conselhos Gerais seja feita em conjunto. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR QUE A DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO SEJA VOTADA NO SEU CONJUNTO. DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR A DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO**, com sete votos a favor e quatro em branco. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2013 - Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro por não ter estado presente na reunião. -----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SILVARES – PRIMEIRO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2012 – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 26 de abril de 2012, deliberou conceder à Junta de Freguesia de Silvares uma verba até ao montante de 18.077,02€, destinada à comparticipação na obra de construção dos sanitários de apoio ao Cemitério. A Junta de Freguesia de Silvares informou não ter sido possível a execução daquela obra durante o ano 2012, solicitando a alteração do prazo de conclusão das obras. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação da alteração ao Protocolo de Atribuição de Subsídio relativo ao ano de 2012, celebrado em 21 de junho de 2012, alterando-se a 3ª cláusula que passa a ter a seguinte redação: “Para a realização do objeto do presente



Protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2013.” Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de 18.077,02€ para o ano de 2013.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE GANDARELA – PRIMEIRO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2012 - Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 26 de abril de 2012, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Gandarela a realização da obra de Pavimentação das ruas do Padrão e da Boavista, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 8.004,94€. Em carta dirigida à Câmara, a Junta de Freguesia de Gandarela informou não ter sido possível a execução daquela obra durante o ano de 2012, pretendendo agora a alteração daquele Protocolo, de forma que este se destine a apoiar a obra de pavimentação da rua do Assento, em vez das ruas do Padrão e da Boavista, solicitando autorização para a prorrogação da sua execução e a transição da respetiva verba, no valor de 8.004,94€, para o ano de 2013. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências, relativo ano de 2012, celebrado em 21 de junho de 2012, passando as Cláusulas Primeira e Terceira a ter a seguinte redação: **Cláusula 1.ª** - “O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências na Freguesia de Gandarela para a execução da obra de pavimentação da rua do Assento”; **Cláusula 3.ª** - “Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2013.” Mais se propõe aprovar a transição da respetiva verba de 8.004,94€ para o ano de 2013.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE.-----

PROTOS - RATIFICAÇÃO DE PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS PARA PROGRAMA DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN – Presente a seguinte informação da

Chefe de Divisão de Ação Social: "A Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais solicitou a colaboração institucional do Município de Guimarães para apresentar uma candidatura ao Programa Cidadania Ativa (domínio de atuação A - participação das ONG na concepção e aplicação de políticas públicas a nível nacional, regional e local), da Fundação Calouste Gulbenkian, para dois projetos: - "Carta da Cidadania Infanto-Juvenil", documento programático para a participação das crianças na construção de respostas sociais. - "Família + Ativa", para a promoção de competências parentais. Considerando que a colaboração nestes dois projetos não constituía custos financeiros para o Município de Guimarães, consistindo apenas na dinamização e divulgação das atividades que os constituem, foram assinados os documentos de parceria de modo a que pudessem integrar a candidatura a ser entregue até ao passado dia 28 de junho. Apresentam-se assim, para ratificação em reunião de Câmara, os referidos documentos: 1 - Declaração de Compromisso de Parceria para o projeto "Carta da Cidadania Infanto-Juvenil"; 2 - Protocolo de Parceria para o projeto "Família + Ativa". Os documentos acima mencionados dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.-----

PROTOS - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E AS INSTITUIÇÕES PARA A CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PREVENÇÃO DO



ISOLAMENTO DE PESSOAS IDOSAS - Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: "Tendo em atenção que no concelho de Guimarães, 6.695 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos residem sós ou com uma ou mais pessoas do mesmo nível etário, e 2 995 vivem em situação de isolamento, a Câmara Municipal de Guimarães propõe-se promover um programa de prevenção do isolamento de pessoas idosas designado "Guimarães 65+". O Programa "Guimarães 65+" é uma iniciativa que visa prevenir o isolamento e as situações de negligência das pessoas idosas do concelho que se encontrem numa situação de fragilidade, e aumentar a sua segurança, o seu bem-estar e a solidariedade da sua rede familiar e social. Para a sua realização conta-se com a cooperação das instituições que integram a Rede Social de Guimarães, as Comissões Sociais Interfreguesias (CSIF) e os Serviços Públicos e Privados que atuam no terreno, com especial destaque para os que são estratégicos no apoio a este grupo etário, como os serviços de saúde, de segurança social, as forças de segurança e serviços de apoio social e humanitário, que importa formalizar. O protocolo cuja minuta aqui se apresenta, é constituído por um clausulado comum seguido de declarações de compromisso que descrevem as competências específicas de cada uma das instituições que integram o programa. A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – Presente a seguinte informação

da Divisão de Património Municipal: "1. Objeto: Aquisição de serviços de avaliação de parcela de terreno com a área de 52,50,

necessária à passagem de condutas de drenagem de águas pluviais da Plataforma das Artes e da Criatividade; 2. Considerandos: Conforme informação prestada pelo Departamento de Projetos e Planeamento Urbanístico datada 22 de agosto de 2012, no âmbito da empreitada geral da Plataforma das Artes e da Criatividade (PAC), registou-se a necessidade da realização de “trabalhos a mais” (por circunstâncias imprevistas), entre os quais aqueles respeitantes ao desvio e drenagem de três linhas de água então descobertas e visíveis em obra. Na sequência de tal situação, foi elaborado o respetivo projeto o qual suportou a execução da obra e que previa a ligação da infraestrutura da PAC à realidade existente a jusante (de escoamento das águas) por gravidade, tendo sido, no entanto, substituída, provisoriamente, por bomba submersível. Registando-se hoje a manutenção dessa situação provisória e sendo importante o escoamento desimpedido das águas pluviais, revela-se fundamental a concretização de uma solução definitiva para esta realidade. A ligação da drenagem das águas pluviais da PAC à rede pública/linha de água é urgente em função do volume de água em causa porque atualmente se encontra instalada uma solução provisória e dependente de meios mecânicos que não oferece as necessárias condições de fiabilidade e desempenho para o futuro. A mesma ligação de drenagem de águas pluviais é imprescindível ao correto escoamento da água verificada, defesa do nível freático e salvaguarda do equipamento e “recheio” da PAC, nomeadamente a nível dos pisos inferiores (abaixo da superfície) e afigura-se inadiável no sentido da sua inevitabilidade física em nome do escoamento de águas pluviais que, não se verificando, acumularão na propriedade municipal da PAC com sérios riscos e prejuízos nos pisos inferiores. A solução proposta representa, do ponto de vista funcional, a mais adequada



do ponto de vista construtivo e técnico de menor complexidade e não se apresenta geradora de qualquer impacto urbanístico ou presença visual. Para concretização desta obra é necessário ocupar três parcelas de terrenos de particulares, conforme projeto aprovado. Foi obtida autorização de dois deles para utilização das respetivas parcelas, não tendo sido, contudo, possível negociar amigavelmente o uso de uma parcela de terreno com a área de 52,50m². Sendo esta parcela de terreno imprescindível à execução da obra em causa terá de proceder-se à constituição de servidão administrativa para passagem das conditas de águas pluviais pela via expropriativa, nos termos previstos nos artigos 8º, 10º, 11º e seguintes do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 56/2008, de 4 de setembro. De acordo com o previsto no nº 4 do artigo 10º do Código das Expropriações a previsão dos encargos com a expropriação tem por base a quantia que for determinada previamente em avaliação, documentada por relatório, efetuada por perito da lista oficial do Ministério da Justiça, da livre escolha da entidade expropriante. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Ao abrigo dos nºs 4 e 10 do artigo 75º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), deverá se submetido à aprovação da Câmara Municipal a celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a avaliação de uma parcela de terreno com a área de 52,50m², sita na Av.^a Conde de Margaride, da freguesia de S. Paio, necessária à execução da obra de drenagem de águas pluviais da PAC; b) No âmbito da rotatividade de consulta a peritos constante da Instrução de Trabalho nº 28 da Gestão da Qualidade, o perito a

contratar é o Eng.º António Moreira dos Santos; c) Estima-se este contrato em €510,00 (quinhentos e dez euros) acrescido do IVA à taxa legalmente em vigor; d) A esta despesa corresponde a declaração de cabimento nº 2172; e) Propõe-se a adoção de procedimento por ajuste direto simplificado, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 20º em articulação com o nº 1 do artigo 128º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de outubro. f) Não será aplicada a redução remuneratória em virtude de o valor do contrato ser inferior ao das remunerações a que se refere o nº 1 do artigo 27º previsto da Lei nº 66-B /2012, de 31 de dezembro. À consideração superior.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - TRABALHO DE REGULARIZAÇÃO DE CAUDAL ADJACENTE AO INSTITUTO DE DESIGN - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – Presente a seguinte

informação do diretor de departamento de planeamento e gestão urbanística: “**1.Objeto:** Elaboração do projeto de execução da infraestrutura física tendente à regularização do caudal da ribeira de Couros (e água associada) em área adjacente ao instituto de design localizado na zona de Couros, Guimarães. **2.**

Considerandos: A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimento e formação especializados e experiência em produção e coordenação de projetos e conhecimento/saber em áreas como estabilidade e estruturas, hidrologia, hidráulica entre outras. Inclui também possibilidade de realização de trabalhos complementares ao nível da compatibilidade cadastral das infraestruturas, geotecnia, topografia e avaliação e dimensionamento do caudal e reunião de informação hidrológica e hidráulica considerada importante para o



trabalho a desenvolver. De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos, datada de 04 junho de 2013, não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de serviços referente coordenação científica das ações a realizar tendentes à instalação e abertura do equipamento, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a elaboração do projeto de execução da infraestrutura física tendente à regularização do caudal da ribeira de Couros (e água associada) em área adjacente ao instituto de design localizado na zona de Couros, Guimarães. Em função do caudal de água, por vezes registado na parte "posterior" do edifício do instituto de design, na sua confrontação com o parque de estacionamento do restaurante existente, situação que se revela em dias de chuva "vinda diretamente" do largo república do Brasil, regista-se a necessidade de proceder (tal como já identificado pela equipa da universidade do Minho que assessoria a câmara municipal de Guimarães para a regularização da ribeira de Couros) à ligação deste ponto (ou desta "água" à ribeira de Couros, atravessando a área entre edifícios existente na parte posterior do instituto de design e terreno da Ordem de S. Francisco) à ribeira de Couros a jusante do mesmo instituto de design. b) A despesa anual estima-se em 9.000,00€ (nove mil euros), acrescido de IVA à taxa legal

em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.4.2 06 (elaboração de estudos e projetos), correspondente ao ano de 2013. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um procedimento de ajuste direto com convite a uma entidade nos termos e disposições da alínea a, número 1, artigo 20 do código de contratos públicos (anexo ao decreto-lei 18/2008 de 29 de janeiro). Em função do trabalho já realizado e desenvolvido no âmbito da regularização do caudal da ribeira de Couros e experiência e conhecimento revelados em trabalhos relacionados com drenagem de águas pluviais, entende-se que a empresa PROJEGUI, projetos de construção civil de Guimarães, Lda se afigura reunir as condições necessárias à execução do trabalho o que aliado à abreviação e agilização de todo o processo, se traduz na proposta de formulação do convite a esta mesma empresa para execução do trabalho em causa. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art.º. 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, conforme documento em anexo. a. Valor base do procedimento: 10.517,54€; b. Redução remuneratória: 1.051,75€; c. Arredondamento: 465,79€; d. Valor base final do procedimento: 9.000,00€.” **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

PATRIMÓNIO – HASTA PÚBLICA N.º 1-2013 – VENDA DE 17 VIATURAS PARA DESMANTELAMENTO QUALIFICADO, METAIS FERROSOS E VIATURAS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS – Presente a seguinte informação da Divisão de



Património Municipal: "De acordo com informações técnicas prestadas pela Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas, e após conclusão de todo o processo administrativo legal por parte daqueles serviços, é solicitada a venda de 15 viaturas abandonadas na via pública destinadas a destruição e desmantelamento qualificado. É também proposta pela referida Divisão, a venda de metais ferrosos para reciclagem, bem como a alienação de três viaturas municipais inoperacionais e irreparáveis, igualmente para desmantelamento qualificado. É ainda sugerida a venda de um veículo operacional de marca Toyota, todo o terreno, que, decorrente do objetivo que orientou a sua aquisição ou do seu consumo e custo de conservação, se revela insustentável para o Município, mas que tem procura no mercado, podendo garantir um retorno financeiro superior ao do seu desmantelamento. Assim, submete-se à consideração superior a abertura de procedimento para venda em hasta pública dos referidos bens, devendo o respetivo regulamento ser submetido a aprovação da Câmara Municipal. O referido regulamento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – EB 2,3 JOÃO DE MEIRA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: "A Escola EB 2,3 João de Meira solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos, nos dias 12 e 14 de Junho ao Aeroporto Sá Carneiro. Considerando que se trata da realização de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 31 de maio de 2013, foi deferido o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se

à ratificação o apoio concedido.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS COM AS ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – ANO LETIVO 2013/2014

– Presente a seguinte informação dos serviços da Divisão de Educação: “Como é do conhecimento superior, as atividades de animação (prolongamento de horário) e de apoio à família (refeitório) para as crianças matriculadas nos jardins-de-infância da rede pública são desenvolvidas em parceria com os Agrupamentos de Escolas, Centros Sociais, Juntas de Freguesia, e Associações de Pais, entidades conhecedoras das realidades locais e, para as quais a Autarquia transfere, em cada ano letivo, com base no Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar, verbas destinadas a compartilhar nos encargos para o desenvolvimento de atividades de almoço e prolongamento de horário. Assim e a exemplo do ano transato, propõe-se que sejam formalizadas em protocolo as parcerias estabelecidas com as várias entidades. Para apreciação superior e posterior deliberação em reunião de Câmara, junto se anexa a listagem nominal das entidades e duas minutas de protocolo.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

Pelas 10:55 horas ausentou-se o Vereador Amadeu Portilha. -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANIEO – JUNHO 2013 – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de



Ação Social: "A Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos (deliberação 20/12/2012), reforçado por deliberação 07/03/2013. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa anexo. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIO À DELEGAÇÃO DE GUIMARÃES DA ORDEM DOS ADVOGADOS - GABINETE DE CONSULTA JURÍDICA 2013 – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Ação Social: "Em sua reunião de 15 de março de 2012 a Câmara Municipal deliberou aprovar um aditamento ao protocolo com a Delegação de Guimarães da Ordem dos Advogados celebrado em 10 de janeiro de 1991, com o objetivo de flexibilizar as regras de funcionamento do Gabinete de Consulta Jurídica para assegurar uma resposta mais eficaz e adequada às solicitações do público carenciado a que se dirige, e atualizar o valor do subsídio previsto na alínea b) do artigo 3º do referido protocolo. Saliente-se que o Gabinete de Consulta Jurídico funciona nas instalações da Divisão de Ação Social e assegura o apoio jurídico nas modalidades de informação, consulta e orientação a todos os cidadãos da área territorial da comarca de Guimarães que, por insuficiência de meios económicos e financeiros, não possam custear os serviços prestados por advogados. Apresenta-se, assim, para aprovação a atribuição do subsídio suprarreferido, no valor de 2.500,00€, cabimentado com o nº 1953/2013 e

autorizado conforme requisição nº 2479/2013.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - CASFIG, EEM - SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO - Presente um ofício da CASFIG, EEM remetendo, para aprovação do executivo camarário, uma proposta de aprovação de 43 candidaturas ao Subsídio Municipal ao Arrendamento, aprovada pelo respetivo Conselho de Administração em sua reunião ordinária de 26 de abril de 2013, de acordo com informação prestada pela equipa técnica de ação social da CASFIG, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

Pelas 10:58 horas regressou o Vereador Amadeu Portilha. --

AÇÃO SOCIAL – EMPRESA MUNICIPAL CASFIG - PROPOSTA DE REALOJAMENTO - Presente um ofício da empresa municipal CASFIG remetendo, para aprovação do executivo camarário, uma proposta de ocupação de duas habitações vagas por motivo de falecimento e rescisão do contrato de arrendamento, ocupação de uma vaga em residência partilhada feminina e transferência de um agregado familiar residente, aprovada pelo respetivo Conselho de Administração em sua reunião ordinária de 28 de junho de 2013, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

AÇÃO SOCIAL – EMPRESA MUNICIPAL CASFIG - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Ratificar o despacho do Presidente da Câmara, de 28 de maio de 2013, que disponibilizou à CASFIG o transporte, em autocarro, das famílias residentes nos empreendimentos de habitação social pertencentes ao município de Guimarães a Matosinhos para uma atividade, no passado dia 1 de julho. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



AÇÃO SOCIAL - DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL - PASSEIOS À PRAIA/CAMPO - INSTITUIÇÕES DE APOIO À TERCEIRA IDADE 2013 - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Disponibilizar um

autocarro para os dias 2, 3, 4, 5, 9, 10, 11, 12, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 25, 26 e 30 de Setembro e 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 28, 29 e 31 de Outubro, no âmbito da atividade social coordenada pela Divisão de Ação Social, designada por "Passeios a praia\campo", dirigida às IPSS, instituições de apoio a terceira idade de Guimarães, deslocações a efetuar num raio de 50 km, bem como o pagamento de ajudas de custo ao motorista.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL - ANIMAÇÃO SOCIAL DE VERÃO 2013 – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Ratificar o despacho do Presidente da Câmara, datado de 21 de janeiro de 2013, que disponibilizou um autocarro nos dias 3, 4, 5, 6, 11, 12, 13, 24, 25, 26, 27 de Junho e 8, 16, 17, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 31 de Julho, no âmbito da atividade social coordenada pela Divisão de Ação Social designada por "Passeios à Praia/Campo" dirigida às crianças e jovens das instituições de Acolhimento Temporário e Lares de Jovens do concelho, bem como à atividade "Guimarães - Verão 2013, animação social" dirigida a todas as crianças do concelho, deslocações a efetuar num raio de 50 km, implicando o pagamento de ajudas de custo ao motorista.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIOS ÀS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL – 2013 – Presente a seguinte

informação da Chefe de Divisão de Ação Social: "Considerando que a Autarquia nutre o dever de criar as condições e os meios necessários às instituições de solidariedade social para o desenvolvimento das suas atividades, coloca-se à aprovação a

presente proposta de atribuição de subsídios para ano de 2013 a instituições de solidariedade social, ao abrigo do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho - Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social. As 17 instituições que apresentaram candidaturas a subsídios para o ano de 2013, encontram-se inscritas no Registo Municipal das Instituições de Solidariedade Social de Guimarães (RMISG) e foram avaliadas de acordo com os critérios de apreciação previstos nos artigos 10º e 11º do referido regulamento. Os projetos e atividades apresentados pelas instituições foram avaliados de acordo com os seguintes parâmetros: – a qualidade e interesse dos projetos apresentados; a continuidade e qualidade de execuções anteriores; a criatividade e inovação; a consistência e adequação do orçamento às atividades a realizar; a capacidade de angariar outras fontes de financiamento; o número potencial de beneficiários; a consonância entre os objectivos propostos com o plano de atividades para a área Social da Câmara Municipal de Guimarães; as respostas às necessidades da comunidade, a intervenção continuada em área prioritárias de inserção social e comunitária, o contributo para corrigirem desigualdades de ordem socioeconómica, o combate à exclusão social e o âmbito geográfico e populacional de intervenção. Foi proposta, ao abrigo do nº 6 do artigo 9º do regulamento supracitado, a atribuição de um subsídio no valor correspondente a 50% das taxas de licenciamento das obras de ampliação de duas instituições - o Centro de Dia Centro Social e Paroquial de Gondar e o Lar do Centro Social de Brito, por apresentarem candidatura para este efeito em junho e maio, respectivamente. Após a verificação destes critérios de elegibilidade, e com base numa grelha de avaliação, determinou-se as classificações das instituições candidatas a subsídios e



apoios para 2013. Considerando as atuais disponibilidades financeiras do Município, propõe-se para aprovação o financiamento das 17 instituições que a seguir se apresentam por ordem de classificação. -----

N	INSTITUIÇÕES	Valor a financiar
1	LAR DE SANTO ANTÓNIO	35.321,40
2	CERCIGUI - COOP. DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DO CONCELHO DE GUIMARÃES	11.000,00
3	ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS E PENSIONISTAS DE GUIMARÃES	10.400,00
5	CENTRO PAROQUIAL DE MOREIRA DE CÓNEGOS	5.000,00
6	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE RONFE	5.000,00
4	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS - ADCL	4.086,36
7	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE GONDAR	3.830,13
8	ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS DE LORDELO	3.000,00
9	CASA DO POVO DE BRITEIROS	3.000,00
10	CENTRO SOCIAL PADRE MANUEL JOAQUIM DE SOUSA	3.000,00
11	CRECHE E JARDIM INFANTIL ALBANO COELHO LIMA	3.000,00
12	PATRONATO SÃO SEBASTIÃO	3.000,00
13	CENTRO SOCIAL DE BRITO	2.169,32
14	ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE GUIMARÃES E VALE DO AVE	1.000,00
15	ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE URGEZES	1.000,00
16	CASA DO POVO DE CREIXOMIL	1.000,00
17	CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA SANTA EULÁLIA DE NESPEREIRA	1.000,00
TOTAL		95.807,21

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 12º do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho, propõe-se a aprovação desta proposta para a atribuição de subsídios às instituições supra indicadas, no montante total de 95.807,21 €, cabimentada com o nº 2114/2013. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.--**
DESPORTO – APOIO AOS CLUBES – ALTERAÇÃO DE DESIGNAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO – Presente a seguinte proposta:
“Na proposta da reunião de 2 de maio 2013, ponto referente aos

Subsídios às Associações Desportivas – Época Desportiva 2012/2013, para efeitos de realização dos Contratos Programas de Desenvolvimento Desportivo para a Formação e Atividades Desportivas, onde se lia Centro Social Clube Recreativo de Candoso, deve ler-se Centro Social e Paroquial de Candoso S. Martinho.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Pelas 10:40 horas, interveio o cidadão **José Maria Gomes Alves** que se manifestou preocupado com o atraso no pagamento, por parte do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), da verba aprovada no âmbito da candidatura RECRUA relativa ao processo de recuperação da habitação sita no Largo Condessa do Juncal, solicitando apoio no sentido de que seja diligenciado junto daquela entidade o desbloqueio da verba em causa, visto que as obras já foram executadas, tendo, inclusive, a Câmara Municipal pago a parte que lhe corresponde na candidatura. -----

A **Vereadora Alexandra Gesta** disse haver dois casos de atraso no pagamento por parte do IHRU, referindo já ter diligenciado junto daquela entidade, não tendo, todavia, obtido resposta. -----

O **Presidente da Câmara**, sobre a intervenção feita, disse que a Diretora Regional do IHRU tem colaborado com o Município não tendo, contudo, competências a este nível. Assim, disse que se comprometia a, na próxima segunda-feira, diligenciar no sentido de tentar resolver a questão. -----

PELAS DEZ HORAS E CINQUENTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----